

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

POLÍTICAS SOCIAIS
PADRÕES, TENDÊNCIAS E DESAFIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite

Rita de Cássia Cavalcante Lima

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Ligia Silva Leite

(UERJ), Lilia Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfirio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunha Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

Marcelo Rangel

Jessica Cirrota

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

João Bosco Telles

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 28 n. 1
2018
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 28	n. 1	p. 1-404	2018
------------------------	----------------	-------	------	----------	------

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

A foto da capa é de Bharath GS - Unsplash.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

THE IMPLEMENTATION OF THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT
OF SOCIAL WORK IN SOCIAL ASSISTANCE

Luciene Ferreira Mendes de Carvalho
Maria Vilma Vasconcelos Almeida

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 28

n. 1

p. 279-307

2018

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir os desafios de efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Política de Assistência Social, considerando a centralidade que essa política social ocupa na contemporaneidade, bem como apontar as possibilidades de realização do projeto profissional, visto que o Assistente Social trabalha na mediação das políticas sociais. Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica, revelando a necessidade de mobilização dos usuários, contribuindo para a construção da consciência crítica dos mesmos, tornando-os protagonistas para a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto Ético-Político. Serviço Social. Assistência Social. Possibilidades.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the challenges in Ethical-Political project implementation of the Social Work in the Social Assistance Policy taking into account the centralization of this policy in contemporaneity, as well as to point out the possibilities of the professional project implementation, since the Social Worker deals with the policy mediation. In order to conclude this article, it was carried out bibliographical research that exposed the need of users' mobilization, contributed to the construction of their own critical awareness and made them protagonists of the social transformation.

KEYWORDS

Ethical-Political Project. Social Work. Social Assistance. Possibilities.

Recebido em 25.09.2017

Aprovado em 15.05.2018

INTRODUÇÃO

Diante das transformações societárias, oriundas principalmente da ofensiva neoliberal, onde há uma redução dos direitos sociais com predomínio de políticas sociais focalizadas e reduzidas, contrárias às políticas universais, o projeto profissional do Serviço Social acaba encontrando limites estruturais para se concretizar. A dinâmica contraditória e o contexto histórico desfavorável tensiona o fazer profissional, o qual precisa ter clareza dos seus desafios, diante de projetos societários tão opostos.

Desta forma, frisam-se no estudo a seguir os principais desafios e limites postos ao processo de trabalho do Assistente Social, o qual na condição de trabalhador assalariado, sofre as mesmas frustrações dos demais trabalhadores. Destacam-se também a relativa autonomia e as contradições do fazer profissional na Assistência Social, impactadas pelas novas configurações das políticas sociais na contemporaneidade, que tendem a reforçar o conservadorismo e a benemerência da referida política pública. Além disso, observa-se que são exigidas do Assistente Social maiores competências e atribuições, por exemplo, na gestão e elaboração de programas, projetos e serviços sociais.

Abordar-se-ão também as possibilidades concretas de mediação no cotidiano profissional desse espaço de trabalho, no qual os trabalhadores munidos de um arsenal teórico-crítico com uma postura ética, poderão fazer dessa política pública um espaço de fato público, dando visibilidade aos usuários da assistência social e qualidade aos serviços prestados; ou seja, a intenção é qualificar o processo de trabalho, indo além das rotinas institucionais, que tendem a tutelar as famílias e culpabilizá-las pela situação que se encontram, sem considerar as contradições da sociedade capitalista.

LIMITES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O Serviço Social é uma profissão que tem na questão social seu objeto fundante, enquanto especialização do trabalho na sociedade

capitalista. Os assistentes sociais interferem nas relações sociais cotidianas, por meio da prestação de serviços socioassistenciais, no atendimento a casos decorrentes de várias expressões da questão social, sofridos pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta por moradia, na saúde, entre outros aspectos (IAMAMOTO, 2012).

Assim a *“questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais”* (IAMAMOTO, 2012, p. 183, grifos do autor), impõe ao profissional decifrar suas multifacetadas manifestações no dia a dia da vida social, bem como as diferentes configurações em cada conjuntura, que são matéria do Serviço Social, sendo a referida questão social indissociável das relações sociais capitalistas e envolvendo lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas (IAMAMOTO, 2009).

Além dos limites conjunturais, o assistente social defronta-se com outro desafio, a sua condição de trabalhador assalariado, que ao colocar sua força de trabalho especializado, também participa da mercantilização. Na área da Assistência Social, devido à sua particularidade, o profissional intervém no atendimento das necessidades sociais de seus usuários através dos serviços, programas e projetos, ou seja, é um profissional reconhecido dentro das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social. Em outras palavras, possui valor de uso. Além disso, recebe em troca um valor monetário, o salário, portanto um trabalhador assalariado, o qual possui também valor de troca. Seu trabalho está no circuito do valor, da produção e distribuição do valor e da mais-valia (IAMAMOTO, 2012).

A mercantilização da força de trabalho do Assistente Social, sob as amarras do trabalho assalariado, subordina a particularidade do seu trabalho às regras do trabalho abstrato, ou seja, um trabalho alienado, impondo condições objetivas à autonomia do profissional em sua prática cotidiana e conseqüentemente à efetivação do projeto ético-político da profissão (IAMAMOTO, 2012). Assim:

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social com um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas ao indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2012, p.416).

Logo, o assistente social é desafiado, nos diferentes espaços socio-ocupacionais, a criar estratégias de mediação ao enfrentamento das expressões da questão social e objetivar o compromisso com o projeto profissional, o qual é hegemônico no Serviço Social; sem considerá-lo como algo pronto, acabado, mas como um processo a ser materializado no cotidiano dos assistentes sociais (DURIGUETTO, 2011).

Desse modo, na cena contemporânea, o Serviço Social vive um momento de resistência política, pois as diversas expressões da questão social se manifestam nas demandas das instituições, exigindo respostas qualificadas dos profissionais, que por sua vez, não dispõem de condições objetivas para implementar essas soluções. Além disso, o profissional, que também é um trabalhador assalariado, enfrenta as mesmas aflições da população usuária, pelo agravamento da “questão social” (BARROCO, 2008). Assim:

O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimento e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional. Ao mesmo tempo, os sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um coletivo de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional (RAICHELIS, 2010, p.753).

Hoje, com a ampliação e a centralidade da Política de Assistência Social, houve um aumento dos postos de trabalho para os trabalhadores da Assistência Social, em particular os assistentes sociais. Porém, apesar da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB/RH/SUAS) garantir a contratação via concurso público, temos ainda variadas formas de contrato de trabalho que afetam diretamente a formulação e execução da política, gerando tensões no dia a dia dos profissionais. Entre as formas de contrato têm-se: trabalhos precários, profissionais estatutários, profissionais contratados por ONGs para atuar no serviço público e cargos comissionados (SILVA, 2012).

Esta centralidade dada à Política de Assistência Social impacta diretamente o cotidiano profissional, tensionando as dimensões das competências e atribuições privativas do assistente social que postula um profissional crítico, vinculado às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos, e as demandas institucionais que vêm exigindo um profissional com um perfil mais tecnicista, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, e, portanto, de mero controle de parcelas das classes trabalhadoras usuárias desta política (SILVA, 2012, p. 156).

A Assistência Social não está imune à lógica do capital, e a rede socioassistencial como prestadora de serviços é direcionada pelos ditames da política macroeconômica. Dessa maneira, crescem as condições para o repasse de recursos, baseado na relação custo-benefício, na racionalidade dos cálculos, de quantificar as metas ao considerar o orçamento insuficiente, segundo o princípio da seletividade, o que pode reforçar o clientelismo e o fisiologismo, ou seja, a troca de favores nas relações políticas de poder (GUERRA, 2011).

Como consequência, atribui-se aos/às assistentes sociais o papel de elaborar e observar critérios de elegibilidade, o que acentua justamente o caráter seletivo na atuação profissional, buscando-se, a partir da racionalidade e lógica burguesa, fazer uma hierarquização

entre os mais necessitados. A competência profissional acaba, então sendo sinônimo de manipulação adequada do sistema, eficácia, aplicação de normas, desenvolvimento de atividades rotineiras e burocráticas, como elaborar o Cadastro Único. Não que essa não seja uma atividade importante, mas ela não pode ser um fim, mas, um meio de realização do exercício profissional (GUERRA, 2011,p.281-282).

Outro desafio a apontar é o trabalho interdisciplinar desenvolvido na Assistência Social. O assistente social trabalha com vários profissionais, em especial os psicólogos, e segundo Guerra (2011), muitos profissionais de Serviço Social, por não terem clareza de suas atribuições, acabam incorporando ao trabalho demandas que são dos psicólogos.

Segundo Raichelis (2010) a divisão sociotécnica do trabalho no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um processo complexo, pois cada uma das categorias profissionais tem sua própria história de organização e de luta corporativa e sindical, com reivindicações específicas quanto às condições de trabalho, aos conhecimentos e saberes acumulados, e quanto às perspectivas ético-políticas que norteiam a ação profissional. Dessa forma, a “Assistência Social é um setor intensivo de força de trabalho humana” (RAICHELIS, 2010, p.764), constituindo um desafio para a criação de condições de trabalho adequadas. Assim, para a autora é preciso considerar a perspectiva do trabalho coletivo no SUAS como:

- O trabalho nos Cras e Creas como trabalho social e combinado;
- Orientado por projetos profissionais que podem convergir, mas também se contrapor;
- Que incorpora o acúmulo e as contribuições das diferentes profissões;
- Mas que deve assimilar criticamente os conhecimentos e aportes daquelas, que como o Serviço Social, vêm assumindo protagonismo histórico na elaboração de conhecimentos teóricos, técnicos e políticos que subsidiam os avanços da assistência social no país (RAICHELIS, 2010, p.764).

Desse modo, é preciso discutir “a *direção política do trabalho* e a qualidade dos serviços socioassistenciais, na construção de processos interventivos que promovam protagonismo, particularmente dos usuários” (RAICHELIS, 2010, p. 765, grifos do autor), no intuito de fortalecer a democracia e o acesso aos direitos. Além disso, é dever fazer análise crítica e negar “ao mero *produtivismo quantitativo*, medido pelo número de reuniões, número de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo” (RAICHELIS, 2010, p. 765, grifos do autor).

Assim sendo, é fundamental no âmbito do Suas, superar a cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, exercitando a capacitação de leitura crítica da realidade, sem reforçar naturalizações e criminalizações da pobreza e das variadas formas de violência doméstica e urbana, violação de direitos de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua etc., mas procurando compreender criticamente os processos sociais de sua produção e reprodução na sociedade brasileira (RAICHELIS, 2010, p.765).

Outro fator de destaque na execução da Assistência Social é o trabalho com famílias, categoria privilegiada das Políticas Sociais na atualidade. “A família pensada a partir de seus vínculos, núcleos de afetos, de convivência, de solidariedade, mas também pelos desafios relacionados a difíceis processos de violência” (GUERRA, 2011, p. 283). Seja contra a mulher, contra crianças, contra adolescentes. Muitas vezes, o assistente social, no exercício de sua atividade, pode vir a culpabilizar ou punir a família reproduzindo a lógica da ideologia burguesa. O Assistente Social na Assistência Social pela sua particularidade é visto como porta-voz dos usuários, ou supostamente daqueles que não tem voz (GUERRA, 2011). Essa característica lamentavelmente

reforça uma cultura de tutela. Há também uma tendência de dizer que “somos ouvidos, os braços e as pernas”, dos/as dirigentes das instituições, o que muitas vezes nos imputa o papel de

fiscalizador/a, fiscal da pobreza ou fiscal das ações realizadas pela ONGs. Ora a Política a Assistência prevê a participação dos usuários/as na sua gestão, em espaços como dos Conselhos de Direitos, nas Conferências e Fóruns. Não obstante, muitos/as usuários/as e/ou famílias desconhecem a existência de espaços democráticos, pois os/as assistentes sociais, no afã de atender às demandas imediatas têm descuidado tanto de informá-los/as sobre o seu potencial quanto de prepará-los/as para que possam desenvolver aí uma participação ativa (GUERRA, 2011, p. 283).

Portanto, a matricialidade sociofamiliar prevista num dos eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social, apesar de reconhecer a importância de destinar ações para famílias diante de suas responsabilidades únicas, sendo essas a primeira instituição social na qual os indivíduos são inseridos, assume que essas ações sejam compartilhadas também com a comunidade, a sociedade em geral e o poder público (SANTOS; SANTOS, 2010). Dessa forma, as autoras reafirmam o traço de a matricialidade sociofamiliar trazer a perspectiva de culpabilização dos indivíduos pela situação em que se encontram, reproduzindo uma postura conservadora e moralizante em relação à família.

Segundo, CFESS (2011) é preciso superar na intervenção profissional a tendência presente no âmbito do CRAS, de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos ou famílias, caracterizando esse espaço apenas como um “grande plantão de emergências” ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias. Constata-se:

O trabalho dos/as assistentes sociais hoje acaba sendo materializado por um grande plantão emergencial que faz com que, infelizmente, acabemos tratando de forma individual questões que são coletivas e que fazem parte da maioria dos/as usuários/as que procuram o CRAS. Isso se dá não pelo desejo, mas pela demanda excessiva que marca o dia a dia do cotidiano profissional (SANTOS, 2011, p.160).

Ainda no espaço dos CRAS, Braga (2011) destaca as adaptações feitas nesses equipamentos por parte dos gestores municipais, que muitas vezes são implantados sem observar o diagnóstico nem os princípios da lógica territorial ou mesmo indicadores sociais, aproveitando somente outras estruturas já existentes. Isso leva à precariedade das condições de trabalho e no atendimento aos usuários. A autora destaca ainda como desafio o trabalho com famílias nesse espaço. Segundo ela:

A ausência de metodologias no trabalho com famílias ainda é realidade na maioria dos CRAS, de maneira que temos que compreender que a metodologia não é o instrumental, nem o procedimento: a reunião, o grupo, etc. Temos que entender metodologia como uma intervenção de leitura e de modificação da realidade para obter resultados efetivos dentro da lógica que consagra a política nacional. Isso faz com que encontremos, em boa parte deles, uma tradução errônea e inadequada da proposta do CRAS, o que vai ter impacto no trabalho dos/as assistentes sociais e de outros/as profissionais que ali configuram sua atuação (BRAGA, 2011, p.148).

Constatam-se também no “texto Política Nacional de Assistência Social (PNAS) categorias como exclusão social, desigualdades socioterritoriais, proteção social e situações de risco. Há um equívoco conceitual ao não tratar das desigualdades, da pobreza, do desemprego etc., como expressões da questão social” (SANTOS; SANTOS, 2010, p.120).

O apelo à exclusão supõe a insuficiência da teoria de classes, diluindo a figura da classe trabalhadora na do excluído, que não é um sujeito de destino, destituído das possibilidades de fazer história. A noção de exclusão escamoteia o caráter de classe, porquanto a exclusão é do indivíduo e não da classe. Tende a equalizar a contradição, ratificando a inclusão como saída para a exclusão; estamos incluindo de alguma forma, mesmo que essa inclusão seja precária, focalista, fragmentada (SILVA, 2012, p.182).

Ainda no texto da PNAS, a definição do público da Assistência Social se dá como de vulnerabilidade social ou risco social, aquele discriminado, frágil, em condição desfavorável, situação de exclusão, com desvantagens sociais, econômicas e culturais (BRASIL, 2004). Silva (2012) aponta que a definição dos usuários da Assistência Social como população em vulnerabilidade e risco social esconde o caráter de classe social dos usuários da política. Segundo a autora, o simples fato de os indivíduos disporem somente da força de trabalho já os coloca na referida condição de vulnerabilidade social. Além disso, a demanda das necessidades sociais e coletivas é deslocada para o sujeito em risco ou vulnerabilidade social, ou seja, focada no indivíduo. Desta forma:

[...] A PNAS, embora tenha sido fruto da luta de conjunto de sujeitos comprometidos com os interesses e os direitos da classe trabalhadora, reforça em alguns momentos a tese que sugere “uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”. Ou seja, o indivíduo é entendido a partir de sua capacidade de ação. Por isso, a solução é a construção de habilitações, daí a ênfase nos programas que possam construir habilidades, para que esses indivíduos possam ser inseríveis no padrão da sociedade contemporânea. Daí provém a ênfase nos programas de empreendedorismo, no desenvolvimento de habilidades e competências, tendo como fim a empregabilidade, ou seja, é reforçada uma ideia que não existe desemprego, mas, sim, pessoas sem as capacidades e as habilidades necessárias (SANTOS, 2011, p.160-161).

Assim, é preciso que o profissional tenha clareza dos objetivos da profissão, os quais se distinguem dos objetivos institucionais, que empregam. Segundo Santos (2011), muitos CRAS não têm um projeto explícito de intervenção do Serviço Social e o plano de ação do trabalho torna-se ferramenta importante com vistas a incorporar no cotidiano a sistematização das ações a serem desenvolvidas no espaço socio-ocupacional.

Borges (2011) coloca como desafio a concepção de direito que ainda não está posta aos usuários da Assistência Social, dificultando a organização desses. Segundo ela, muitas vezes os próprios profissionais têm dificuldade de traduzir isso aos usuários, reforçando a cultura da benemerência. Deste modo:

A arte do exercício do controle social na área da Assistência Social ainda parece-me bastante difícil, quase uma utopia, do ponto de vista da relação com os/as usuários/as dos serviços. A nossa dificuldade, nesse caso, está não somente no campo técnico, na possibilidade de intervenção profissional, mas também no que tange ao reforço dos protagonismos sociais, para que os/as usuários/as dos serviços sócio assistenciais sejam também protagonistas no exercício do controle social. Entidades dos usuários são muito pouco reforçadas, e também muito pouco qualificadas para exercerem o controle social. A intervenção profissional muitas vezes reforça a lógica da Assistência Social com favor, presente nos/as usuários/as. É dessa maneira que eles/as se dirigem aos serviços, procurando-os não segundo uma lógica de direito. Parece que ainda temos dificuldades de traduzi-la na relação com o/a usuário/a, o que, de certa forma, reforça a lógica da assistência, não necessariamente assistencialista, mas como algo que se doa ou como ajuda (BORGES, 2011, p.176).

Diante do quadro colocado, pode-se inferir que os desafios são muitos à atuação dos Profissionais de Serviço Social, os quais trabalham na mediação das contradições da vida social, porém a Política de Assistência Social desconsidera a dimensão da luta de classes na sociedade. No entanto, esses desafios não podem ser inibidores da intervenção profissional, que deve ser pautada nos princípios e valores do Projeto Ético-Político, pois os “limites da autonomia técnico-profissional não se confundem com as possibilidades de construção de uma consciência crítica das relações que marcam a sua inserção no mundo do trabalho profissional” (MOTA, AMARAL, 2009, p.54).

Dessa forma, segundo lamamoto (2009), o desafio atual é tornar o projeto profissional um guia efetivo para a sua consolidação

e implementação no exercício da profissão. Desse modo, é preciso resguardar a relativa autonomia, o que supõe potenciá-la mediante um projeto coletivo, como aproximação das forças sociais que co-mungam de um projeto na mesma direção. Neste sentido:

Nosso entendimento é o de que os projetos profissionais articulam-se com os projetos societais enquanto programática e ideário, mas as condições de sua realização se particularizam em diversas estratégias, desde a construção de princípios e diretrizes orientadores da prática, passando pela definição de objetos de pesquisa e intervenção, até as estratégias coletivas de luta e resistência (MOTA; AMARAL, 2009, p.52).

A seguir, apontaremos algumas possibilidades da efetivação do Projeto Ético-Político na Assistência Social, de modo a construir estratégias políticas junto aos usuários da política social, entendidos como protagonistas e sujeitos de sua história de vida, que lutam não só pela sobrevivência, mas principalmente pelo direito ao trabalho, na perspectiva ética e política do projeto profissional.

POSSIBILIDADES NA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

As possibilidades de atuação do Serviço Social na contemporaneidade, incluindo a Assistência Social, podem ser compreendidas dentro das perspectivas de análise de Iamamoto (2008). Segundo a autora, para que haja sintonia do Serviço Social com os tempos atuais:

É necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. (...).Ter capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2008, p.20).

Dessa maneira, a autora chama a atenção para que se extrapole o Serviço Social, e se o apreenda na história da sociedade, da qual

é parte e expressão, isto é, captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional para identificar suas particularidades e buscar alternativas de ação; ser um profissional propositivo e não somente executivo (IAMAMOTO, 2008).

Isso significa perceber que as respostas para tal atuação serão colocadas no próprio cotidiano profissional, cabendo ao profissional se apropriar das possibilidades e desenvolver projetos e frentes de trabalho. Porém, apesar do profissional trabalhar na imediaticidade, no particular dos indivíduos, é necessário ultrapassar a barreira da aparência e projetar-se na totalidade do real, daí alargar as possibilidades de intervenção (IAMAMOTO, 2008). Logo:

A conjuntura não condiciona unidirecionalmente as perspectivas profissionais, todavia impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação de possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social (IAMAMOTO, 2008, p.21).

Dessa forma, pode-se situar os *Parâmetros para Atuação dos Assistentes sociais na Política de Assistência Social* do CFESS (2011) como um instrumento para aproximação ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que também reafirma a concepção de lamamoto (2008), ao colocar a realidade como condição ao exercício profissional (SILVA, 2012).

(...) leitura crítica da realidade, capacidade de identificação das condições materiais da vida e identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos, formulação e construção coletiva, em conjunto com os trabalhadores, de estratégias políticas e técnicas de modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2011, p.18).

O conhecimento é um dos principais mediadores da ação profissional, portanto, apropriação do mesmo se faz necessário. Entretanto, leva-se em conta aqui uma forma de conhecimento que vai além do prático-operativo, comumente associado à cultura profissional, em tempos de capital fetiche, “cuja produção flexível, ancorada na redefinição de espaço-tempo, exige pressa, agilidade, eficiência e eficácia das ações profissionais” (MOTA, 2010.p.193), onde se impõe o saber-fazer, dentro dos espaços socio-ocupacionais, típico do pensamento instrumental e empirista, baseada no imediatismo e no pragmatismo. Trata-se de um tipo de conhecimento que de fato se apropria da teoria social crítica, como horizonte da sua ação profissional, da pesquisa incorporada ao exercício profissional, para o reconhecimento da realidade (MOTA, 2010).

Partir da análise do real é que permite ao profissional estruturar e estabelecer as competências e atribuições específicas e necessárias para o enfrentamento das demandas sociais no seu dia a dia, sempre voltado à dimensão de totalidade, na compreensão do movimento socio-histórico em que situa sua intervenção. (CFESS, 2011). Dessa maneira, no âmbito da Assistência Social, consideram-se diversas competências, as quais merecem destaque:

1. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bem e equipamentos públicos (...);
2. Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização das informações, mobilização e organização popular (...);
3. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias pra fomentar a participação (...);
4. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade (...);
5. Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de assistência social;

6. Uma dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida ao diversos sujeitos da política: gestores públicos, dirigentes de entidades prestadora de serviços, trabalhadores, conselheiros e usuários (CFESS, 2011, p.19-20).

Todas essas atribuições são repletas de possibilidades e podem se ampliar em diversas estratégias e procedimentos específicos, quais sejam: na gestão e organização, no controle social e no financiamento da Assistência Social (SILVA, 2012). A seguir, aborda-se cada uma dessas dimensões.

Na gestão e organização da Assistência Social o profissional poderá atuar na formulação e execução dos programas, projetos, benefícios e serviços; elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacionais, buscando a articulação com as outras políticas públicas; realizar pesquisas para subsidiar a formulação dos planos; também visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da Política de Assistência Social; exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretaria de Assistência Social; prestar assessoria e supervisão às entidades não governamentais que constituem a rede socioassistencial, entre outros (CFESS, 2011).

Estas estratégias, segundo Silva (2012, p. 175), “podem contribuir com uma atuação na gestão que permite superar a figura do gestor meramente burocrata e tecnicista, preocupado apenas com o mero cumprimento das normas e rotinas”.

Boschetti (2011) alerta para que os profissionais que se encontram na gestão da política de assistência social, notadamente na formulação das políticas sociais, reflitam sobre qual o diferencial do Serviço Social nesse espaço. Segundo a autora, o que pode diferenciar é justamente uma gestão democrática e participativa, contrária ao planejamento tecnocrático, bem como trazer para a gestão a aliança com a classe trabalhadora, presente no Código de Ética da profissão.

Nos espaços de controle social da Assistência Social o profissional poderá favorecer a participação dos usuários e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; participar na organização, coordenação e realização de conferências municipais, estaduais e nacionais; elaborar projetos coletivos de fortalecimento dos usuários; instituir espaços coletivos de socialização de informações sobre direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; assessorar os movimentos na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento coletivo, formulação de estratégias para a defesa e acesso aos direitos; atuar nos conselhos na perspectiva de intensificação do controle democrático e ampliação da participação de usuários e trabalhadores, entre outros (CFESS, 2011). Silva (2012, p.176) entende controle social na Assistência Social da seguinte forma:

Entendemos o controle social na Assistência Social em sua perspectiva mais ampla que envolve os conselhos (cuja tarefa é acompanhar a política por meio da relação entre plano e fundo); as conferências (que tomam decisões estratégicas sobre diretrizes gerais); os fundos (um mecanismo específico de financiamento que dá grande visibilidade à aplicação de recursos e facilita sua monitoria e avaliação, a partir da programação e contabilidade própria, além de outorgar uma autonomia maior aos gestores, mas controlada pelo Conselho); e os planos, onde está o diagnóstico e o conteúdo substantivo da Política de Assistência Social. Além dos fóruns de Assistência Social.

Abreu (2011) aponta a necessidade da retomada da mobilização e da educação popular¹ como instrumento pedagógico essencial na

1 Perspectiva voltada para a formação de sujeitos capazes de participar crítica e conscientemente da práxis transformadora, da constituição enquanto Ser Social no processo de luta e organização da classe trabalhadora. Baseado em Gramsci, o assistente social tem papel de formador/educador, na construção de uma nova hegemonia, o que o pensador chama de intelectual orgânico. Os maiores exemplos de educação popular podem ser atribuídos aos trabalhos desenvolvidos

luta dos trabalhadores, e da visualização das possibilidades na política de Assistência, haja vista as contradições postas atualmente, de que a política assistencial se pauta na pobreza como principal mecanismo de enfrentamento da questão social, o que reforça a individualização dos atendimentos e desmobilização e despolitização dos usuários.

Nos moldes neoliberais, o processo participativo educativo limita-se a mero enquadramento de sujeitos nas exigências legais e normas institucionais de acesso aos serviços prestados, favorecendo o padrão de acumulação, o que leva a atuação acrítica dos sujeitos, ao mesmo tempo em que legitima o sistema através dos órgãos de gestão e controle da Assistência Social, mistificando-a. Além disso, reforça a responsabilidade individual dos trabalhadores na luta pela sua sobrevivência (ABREU, 2011).

Para Oliveira (2011), apropriando-se dos ensinamentos de Paulo Freire², o assistente social, através de uma ação política pedagógica, pode contribuir para uma prática democrática, ao encorajar e potencializar a capacidade crítica dos usuários da Assistência Social; prática essa centrada no estímulo à curiosidade dos sujeitos e ao não conformismo das condições em que vivem, algo que motive sua capacidade de escolha, visando autonomia e poder de decisão das pessoas. O objetivo é instigar uma postura crítica perante a realidade

pelos movimentos sociais e igrejas a partir da década de 60, movimento como o cineclube, jornais de bairro, formação de mulheres e formação política de forma geral, os quais foram duramente reprimidos durante a ditadura militar. Os movimentos sociais no período de redemocratização do país, também são exemplos de educação popular (ABREU, 2011).

2 Notável educador, pedagogista e filósofo brasileiro tendo influenciado a pedagogia crítica. Fazia a crítica à educação bancária, compreendida como as teorias tradicionais do currículo escolar, que conduz a condição à crítica dos sujeitos. Paulo Freire propôs a teoria da educação libertadora, dotada de capacidade crítico-emancipatória. A educação libertadora tem fundamentalmente como objetivo desenvolver a consciência crítica capaz de perceber os fios que tecem a realidade social e superar a ideologia da opressão (MENEZES; SANTIAGO, 2014).

em que vivem na comunidade, no território, na cidade, para fomentar uma organização social com vistas à garantia de direitos através das políticas públicas, buscando a emancipação dos indivíduos e seu protagonismo. Logo:

[...] a prática da democracia tem uma natureza educativa, integradora e libertadora. Educativa, porque, é no ato de participação que o indivíduo aprende a participar. A democracia e a participação são apreendidas quando são exercidas e daí são expandidas para diferentes esferas da vida. Assim, conforme se favorece a participação e, no caso do nosso público – a parte da população brasileira subalternizada e subordinada ao longo da história, com pouco poder de decisão e de ser ouvida, um leque de possibilidades pode se abrir. Os/as usuários/as da política pública de Assistência Social precisam ser convocados/as e mobilizados/as para discutir suas reais demandas e a própria política e contar com o nosso apoio para desenvolver e apurar a visão crítica de sua realidade, de seus companheiros e da grande massa da sociedade brasileira. À medida que faz isso, a população desenvolve a sua capacidade de participação e de ter atitudes democráticas (OLIVEIRA, 2011, p.255).

Ainda para Oliveira (2011), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oferece a possibilidade para a expansão da participação e da democracia a partir da recomendação da ação territorial³. Esta tem uma característica facilitadora para discutir com os usuários aspectos relacionados às suas condições de vida e aos programas ofertados pela Assistência Social. “O Território é também o terreno das

3 Um dos eixos estruturantes do SUAS é a incorporação da abordagem territorial, que implica no tratamento da cidade e de seus territórios como base de organização do sistema de proteção social básica ou especial, próximo ao cidadão. Visa à superação da fragmentação, ao alcance da universalidade da cobertura, à possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços, realizar a vigilância social das exclusões e de estigmatizações presentes nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais (COUTO, YAZBEC, RAICHELIS, 2010).

Políticas Públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e possibilidades para seu enfrentamento” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p.50). Assim, Oliveira (2011, p.256) recomenda:

Cabe, portanto, no espaço local, discutir com a população sobre a rede de serviços. Ela é pertinente? Os serviços oferecidos são adequados para a realidade de vida das pessoas? Os serviços oferecidos têm qualidade? Desse modo, é necessário partir do concreto, porque com isso as pessoas vão se mobilizar. Se começamos uma conversa com as pessoas sobre a realidade nacional e mundial, muitas devem pensar: “isso não tem a ver comigo. Por que irei conversar sobre isso, se não tem a ver comigo?”. Mas, se a conversa parte de uma situação do cotidiano, o/a usuário/a entende. Pode pensar assim: “vou lá porque isso tem a ver comigo. Tem a ver com as condições das minhas crianças. Tem a ver com as condições da minha habitação. Tem a ver com a minha condição de desemprego e com alternativas de auferir renda”. Este movimento de conquista da atenção e da participação das pessoas poderá se expandir a formas mais amplas de protagonismo.

Dessa forma, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido nos CRAS, principalmente na gestão de coordenação, que para Braga (2011) serve como espaço estratégico de articulação de território, juntamente com a ação intersetorial de forma articuladora, que pode viabilizar propostas através da coordenação da rede, mediada pelo diálogo. “Enquanto equipamento público e estatal estratégico este deve garantir a gratuidade, a continuidade dos serviços e o investimento permanente” (BRAGA, 2011, p.148). É preciso romper com a lógica do programa fragmentado, do atendimento em grupos pequenos, do controle de condicionalidades, do atendimento encerrado na própria ação do CRAS.

Borges (2011) situa o aprimoramento do processo de trabalho nos CRAS e o compromisso do assistente social em buscar espaços para a qualificação profissional, através de ações e investimentos no

campo de atuação desse espaço, apesar de reconhecer que a intervenção profissional não é de exclusiva responsabilidade individual, mas não se desvincula das condições de trabalho.

Dessa maneira, a autora pontua alguns investimentos e ações como: a proposição de Fóruns diversos, como grupos de estudos, pesquisas e de organização política; a participação em cursos de formação política e de formação profissional, os quais podem ser buscados em proximidade aos movimentos sociais como terreno fértil para construção política; participação nas comissões de Assistência Social ou da Seguridade Social no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a fim de articular a categoria à vinculação, a debates via comissões de Assistência Social, e com isso, agrupá-la à pauta política do conjunto CFESS/CRESS, inclusive nos sindicatos; participação nos conselhos de Seguridade Social, considerando que a categoria defende a referida seguridade como algo possível e necessário, bem como a ocupação de espaços importantes como as Conferências de Assistência Social, no intuito de contribuir e qualificar a prática profissional e técnica da área (BORGES, 2011). E por fim:

A promoção de debates com outros/as interlocutores/as e protagonistas das lutas por direitos e para o enfrentamento do projeto hegemônico do capital, na perspectiva de tensionamentos de suas contradições, ou seja, aqueles sujeitos comprometidos com projetos emancipatórios e que recusam práticas violentas, discriminatórias, preconceituosas, excludentes, autoritárias e opressoras. A perspectiva, pois, é não apenas analisar os movimentos sociais, mas deles participar. Nós interlocutores/as do debate sobre o projeto ético-político e profissional, temos uma tendência a nos colocarmos numa posição de analisar os movimentos sociais e o processo concreto da realidade brasileira, mas uma certa dificuldade de realizar o movimento social ele mesmo. Evidentemente, não somos responsáveis diretos e nem somos os únicos atores desse processo, mas há espaço e possibilidades desde que nos demandem ações, pois os movimentos sociais existem e estão presentes, com novos sujeitos sociais (BORGES, 2011, p.178).

Já no financiamento da Assistência Social, o profissional de Serviço Social poderá atuar na formulação e defender a constituição de orçamento público necessários ao acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços nos CRAS e CREAS (CFESS, 2011). Dessa forma:

Atuar com o Financiamento exige do assistente social não somente a capacidade técnica (com compreender a lógica orçamentária: LDO, PPA, classificação orçamentária, fundos especiais, dentre outros), mas também a capacidade política-propositiva, no sentido de negociar, articular/estabelecer aliança para a defesa de programas/projetos na perspectiva do direito social (SILVA, 2012, p.179).

Todas essas estratégias apontadas acima corroboram os rumos éticos do trabalho profissional apontado por Iamamoto (2008), em que as perspectivas sejam no sentido de decifrar o movimento societário, colocando o Serviço Social na dinâmica das relações entre Estado e sociedade civil.

Segundo a autora, é urgente uma aproximação com os usuários, suas condições de vida, para decifrar suas expressões culturais, sociais e políticas, suas experiências e interesses, formas de organização e de lutas, que passam por partidos políticos, bem como sindicatos e movimentos sociais, ou seja, suas formas de resistência.

Na defesa dos direitos humanos é preciso que se recuse qualquer forma de autoritarismo e arbítrio. Requer um trabalho democrático do Serviço Social, colocando os direitos como foco de atuação e defendendo-os tanto no plano legal, quanto viabilizando a sua efetivação social. Esta é uma das frentes de luta que move os profissionais no cotidiano profissional (IAMAMOTO, 2008). E por fim a autora pontua:

Um outro aspecto que merece atenção no trabalho do Assistente Social é a *relação entre o público e o privado*. O desafio é transformar espaços de trabalho, especialmente estatais, em espaços de fato públicos, alargando as possibilidades de apropriação da coisa pública por parte da coletividade, o que se choca com a tendência

de privatização do Estado persistente na história política brasileira (...). O assistente social atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e movimentos sociais, pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade (IAMAMOTO, 2008, p. 79).

O perfil do profissional com postura ético-política requer que o mesmo esteja informado, culto, crítico e competente; mais ainda: que possua uma competência crítica que ultrapasse as normas da instituição e da burocracia, para compreender a origem dos processos sociais, suas desigualdades e táticas de enfrentamento. Supõe ainda, competência teórica, técnica e ético-política que supere o “como fazer” ao “o que fazer”, e este, ao “dever ser”, sem se desvincular da origem no processo social (IAMAMOTO, 2008). Assim:

As possibilidades de atuação não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. É neste sentido que as competências e atribuições profissionais devem se inserir na perspectiva da gestão do trabalho em seu sentido mais amplo que contempla as atividades exercidas pelos trabalhadores, as condições materiais, institucionais, físicas, financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício (SILVA, 2012, p.171).

Nessa perspectiva, Boschetti (2011) aponta a necessidade de se pensar às condições de trabalho com o Projeto Ético-Político a partir da gestão do trabalho, entendido e inserido como processos de trabalho do assistente social. Segundo a autora é preciso compreender qual a concepção de Assistência Social que orienta o fazer profissional, ou seja, “o que faz” e “por que faz”. Além disso, compreender “com o que” e “como fazemos”, referindo as condições éticas e técnicas do trabalho, ou seja, quais são os meios dos quais os profissionais dispõem para se chegar aos objetivos.

Segundo a autora, a concepção de Assistência Social que a categoria defende é a que está inserida no conjunto das demais políticas de proteção social, entendida não como aquela que assegura todas as formas de segurança e de proteção social, a qual não dá conta disso. No entanto, a que tem o intuito de somar-se às políticas sociais para melhor acesso aos direitos, e isso não se faz apenas pela via de garantia de serviços, sem recursos no dia a dia (BOSCHETTI, 2011).

Dessa forma, é importante investir no potencial das lutas da classe trabalhadora, incluindo as denúncias de ausência de recursos para a garantia de direitos. A política de Assistência Social com condições de trabalho deve ser no que compete ao assistente social, cujo papel é potencializar o acesso a bens e serviços, mas sem desconsiderar a dimensão de mobilização para alargar a luta social pela universalização de todos os direitos, como o direito ao trabalho, o direito à moradia, o direito a saúde e o direito à educação, e não a universalização da própria política como sistema de proteção social (BOSCHETTI, 2011).

No uso das técnicas e estratégias de trabalho “é preciso ficar claro que não é ação nem instrumento que determina a especificidade profissional, mas o “por que” faço, com que objetivo faço e qual é a direção que vou dar aos instrumentos e técnicas utilizadas” (BOSCHETTI, 2011, p.305). Além disso, o arsenal técnico utilizado não deve se contrapor a concepções, objetivos, princípios e valores ético-políticos contidos no projeto profissional. Assim, na escolha de estratégias e no uso dos instrumentais, os profissionais devem poder ter autonomia para organizar seu trabalho com criatividade e condições objetivas (estrutura institucional condizente com a concepção de política, recursos financeiros, informação, equipamento, quadro suficiente de trabalhadores e garantia de direitos dos trabalhadores em todos os níveis), com vistas a responder às demandas da população usuária (BOSCHETTI, 2011).

Desse modo, a cena contemporânea impõe desafios, limites, mas também possibilidades reais, dando respostas positivas ao trabalho do Assistente Social, a fim de que possam mediar direitos e

contribuir para emancipação dos usuários, para que todos tenham direito à riqueza socialmente produzida. O objetivo é colocar a Assistência Social no campo da resistência, do dever público e da construção, em parceria da classe trabalhadora, de condições de vida digna, justa e igualitária (GUERRA, 2011).

Boschetti (2011) assegura que a Assistência Social só se materializa como direito se houver a restituição do Estado Democrático de Direitos no Brasil. Segundo a autora, existe uma dificuldade de constituição da política com dever do Estado, além da dificuldade dos próprios profissionais de imprimir essa definição de sentido público no cotidiano de trabalho, sendo que esses são pressionados por valores culturais conservadores, práticas clientelistas, paternalistas. Dessa maneira, argumenta ainda a autora:

Estamos convencidos ainda de que a estruturação democrática dessa política requer uma reformulação democrática mais ampla de todo o Estado de direito, o que significa: 1) radicalizar a possibilidade de socialização da política; 2) radicalizar as possibilidades de controle democrático sobre o Estado e sobre a sociedade, no sentido das organizações sociais que implementam políticas sociais; 3) democratizar o Estado e a atuação da sociedade – que, sabemos, não é homogênea –, por meio de princípios democráticos e processos ético-políticos com justiça, equidade e emancipação humana (BOSCHETTI, 2011, p.299).

Verifica-se assim que as possibilidades de efetivação do projeto profissional, frente às contradições da política de assistência social, gestam-se no cotidiano do próprio fazer profissional, com clareza dos objetivos dessa política, ancorados nos princípios e valores contidos no Projeto Ético-Político, que primam pela liberdade, igualdade, democracia, universalidade das políticas sociais e o pleno desenvolvimento e expansão dos indivíduos sociais. Dessa maneira, a proximidade com os usuários da política de assistência e com os movimentos sociais de trabalhadores torna-se essencial para a construção de uma nova ordem societária, isenta da exploração de classes, pois o

assistente social também faz parte dessa mesma massa de trabalhadores. Por tudo isto;

Tenhamos a coragem de exigir o horizonte de socialização dos meios de produção e reprodução da riqueza e da propriedade. Tenhamos coragem de exigir e cultivar a apropriação de uma teoria crítica. Tenhamos coragem que obscurece e trava a direção social e política e a direção intelectual e moral no rumo da felicidade a que temos direito (TEIXEIRA, 2009, p.19).

O Projeto Ético-Político não está encerrado, é um projeto em construção que exige dos profissionais constante “aprimoramento intelectual, estratégico e tático-operativo” (TEIXEIRA, 2009, p.19). Assim, para apreender o leque de possibilidades em determinados espaços, é necessário que o profissional tenha clareza do conjunto de princípios e valores que identificam a profissão, das diretrizes curriculares, do aporte legal exclusivo da categoria, bem como do arcabouço normativo das políticas sociais, e a partir daí interiorizá-los e materializá-los efetivamente como condição ética e política da intervenção profissional. Além disso, é essencial compreender que o projeto profissional vai além do corporativismo, mas é fundamentalmente um projeto coletivo da classe trabalhadora, que tem como objetivo a humanização da sociedade na perspectiva de uma nova ordem societária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que o assistente social, por ser um trabalhador assalariado, sofre os mesmos anseios e angústias das classes trabalhadoras. E na Assistência Social esse quadro se agrava, visto que, com a Centralidade da Política de Assistência, os profissionais ganham novos espaços de trabalho; por outro lado aumentam as demandas sociais, bem como a precariedade do trabalho do profissional, constituindo assim enormes desafios na efetivação do Projeto Ético-Político.

Porém, pode-se constatar: é na contradição, na mediação da intervenção do profissional no seu cotidiano, que é possível identificar as possibilidades de atuação. Para tanto, é preciso qualificação continuada, análise crítica da realidade, competência teórica, técnico-operativa e ético-política, a fim de planejar estratégias e frentes de trabalho, que ultrapassem as competências meramente institucionais.

Depreende-se, através das possibilidades de efetivação do projeto profissional, a importância da mobilização dos usuários, como a Educação Popular, considerando a competência do assistente social na educação pedagógica emancipatória. Para tal ação, é condição primordial a aproximação com os sujeitos da política de Assistência Social e o desvelamento de suas formas de luta e resistência, contribuindo para a construção da sua consciência crítica, tornando-os protagonistas para a transformação social.

Dessa forma, compreende-se porque o Projeto Ético-Político constituiu-se como projeto societário alternativo ao projeto societário burguês, ao ultrapassar as prerrogativas profissionais e buscar, junto aos movimentos sociais, estratégias com vista a uma nova hegemonia, uma nova sociedade, livre da dominação da contradição capital-trabalho do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: CFESS. Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS. Brasília, 2011, p.229-245.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, DF: MDS, 2004.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 7.ed. São Paulo, Cortez: 2008.
- BRAGA, Léa Lucia Cecílio. O trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011, p.142-154.

- BORGES, Maria Elisabeth Santana. O trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011, p.168-178.
- BOSCHETTI, Ivanete Salete. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011, p.291-307.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação dos/as assistentes sociais na Política de Assistência Social*. Brasília, 2011.
- COUTO, Berenice Rojas; YAZBEC, Maria Carmelita; RAICHELLIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al, *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo, Cortez, 2010, p.33-63.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Política de Assistência Social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional. *Libertas*, Universidade Federal de Juiz de Fora, v.11, n.1, jan-jun. 2011.
- GUERRA, Yolanda. Condições de Trabalho e Projeto Ético-Político Profissional. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011.p.271-289.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7.ed.São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília, 2009, p.01-42. Disponível em <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_-_O_Servico_Social_na_cena_contempor_nea.pdf>. Acesso em 15 de março de 2016.
- _____. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Projeto Profissional e Projeto Societário. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 8, v.12, novembro de 2009, p.49-55.

- MOTA, Ana Elizabete. A Centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____(org). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4.ed. São Paulo, Cortez, 2010, p.133-146.
- OLIVEIRA, Hilda Corrêa de Oliveira. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011, p.249-258.
- RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.14, 2010. p.750-772.
- SANTOS, Débora Rodrigues; SANTOS, Josiane Soares. Configurações Contemporâneas da Assistência Social no Brasil: avanços jurídico-políticos e retrocessos neoliberais. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.10, n.2, jul-dez, 2010, p. 104 - 130. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo06_13.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2015.
- SANTOS, Francine Helfreich Coutinhos dos. O trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: CFESS. *Seminário Nacional: O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS*. Brasília, 2011, p.155-167.
- SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. *Ser Social*, Brasília, v.14, n.30,jan./jun.2012. Disponível em < http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/7443/5751>. Acesso em 26 de agosto de 2014.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Da barbárie ao paraíso. *Revista Inscrita*, Brasília, ano 8, v.12, novembro de 2009, p.13-19.

Esta publicação foi impressa em 2018 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.